

O GOLPE DE 1964 E O COTIDIANO DA CIDADE DE SALVADOR-BA

Thiago Machado de Lima
Doutorando em História – UFF / Professor Substituto UNEB/CAMPUS IV
Endereço eletrônico: thiago_machado20@hotmail.com

Introdução

Esse artigo tem como objetivo analisar alguns aspectos do impacto do golpe civil-militar de 31 de março de 1964 na realidade cotidiana da cidade de Salvador, capital do estado da Bahia e um dos principais centros urbanos do Brasil no período. Buscamos apresentar como o processo de derrubada do governo do presidente João Goulart (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB) interferiu no dia a dia da população soteropolitana. Destaca-se que esse artigo é o recorte de um livro de minha autoria publicado no ano de 2018, intitulado: “Pelas ruas da cidade: o golpe de 1964 e o cotidiano de Salvador”.

A vida cotidiana, segundo Agnes Heller (2004, p.18-20), “não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância das coisas.” Em sintonia com esta concepção, entendemos que mergulhar na História do Cotidiano é abrir um leque de possibilidades de compreensão de um processo histórico. Nesse sentido, pensar o golpe de 1964 a partir do cotidiano é transcender os terrenos da superficialidade. É ampliar o olhar para cenários e personagens excluídos dos grandes círculos institucionalizados do poder. No cotidiano estão em movimento aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais de uma sociedade. São alguns traços desses aspectos que buscamos apresentar com esse texto.

A cidade no limiar do golpe

Em 1964 a capital da Bahia completou 415 anos de existência. Na ocasião, a urbe tinha atingido o número de 750 mil habitantes. (JORNAL DA BAHIA, 24-25/5/1964, p.1 3º Caderno). Salvador vivia um processo de expansão econômica propiciado pela indústria de extração e refino do Petróleo e que se unia às atividades comerciais do porto, da ferrovia e do aeroporto. Conforme Francisco de Oliveira (1987,

p.17-43), a “instalação das atividades da Petrobrás” nos anos 1950 sacudiu Salvador “de sua longa letargia” que amargava desde muitas décadas. Essa experiência letárgica, segundo o autor, começou com a transferência da capital do Brasil para o Rio de Janeiro no século XVIII e teve amplitude maior com a crise da lavoura açucareira no século XIX.

O desenvolvimento econômico da capital baiana proporcionava um reordenamento espacial, resultando na construção de novos bairros e expandindo a cidade. Ademais, a população local tinha acesso a uma intensa vida cultural que pulsava nos cinemas, teatros, casas de show, cabarés, livrarias, museus, restaurantes e as festas tradicionais como o carnaval.

Para além desse horizonte positivo, em 1964 segmentos da população de Salvador amargavam sérios problemas. A precariedade no morar era grande para boa parte dos soteropolitanos e nos períodos de chuvas fortes, alagamentos, desabamentos e doenças eram constantes. Para se ter uma ideia, a cidade tinha uma média de duas pessoas mortas por dia por conta da tuberculose. No período, o abastecimento de água era feito apenas para 38% da população. (JORNAL DA BAHIA, 24-25/5/1964, p.1, 3º Caderno). A desigualdade e a violência marcavam as relações sociais de uma urbe com uma forte herança escravocrata e que, assim como o quadro geral da sociedade brasileira, não ofereceu mecanismos de inserção social para os trabalhadores pobres e em sua maioria negros.

Outro ponto problemático, é que apesar da dinâmica de trabalho gerada pela extração e refino do petróleo, ferrovia, porto e aeroporto, a população de Salvador sofria com um alto índice de desemprego. No ano de 1964 estimativas indicavam que havia a necessidade de criação de sessenta mil postos de trabalho, mas não se esperava uma geração acima de dez mil. (JORNAL DA BAHIA, 26-27/4/1964, p.1, 2º Caderno). Foi nessa realidade citadina que o golpe incidiu de diferentes formas no dia a dia da população local.

Militarização

Já no dia primeiro de abril de 1964, uma intensa militarização tomou conta das ruas da capital baiana. Um toque de recolher foi decretado pelo Exército, limitando o

horário de circulação da população, variando de 22 para 24 horas. (JORNAL DA BAHIA, 4/4/1964, p.1 / JORNAL DA BAHIA, 18/4/1964, p.1). Entre a região da orla marítima e o centro da cidade, navios de guerra, tanques, jipes, viaturas, armamentos militares e barricadas eram vistos em diferentes pontos. No bairro do Campo Grande, onde se localizava a sede da governadoria, carros de combate foram posicionados em formação de ataque. No Quartel General da Sexta Região Militar, no bairro da Mouraria, metralhadoras e carros militares foram utilizados para proteger a sede do Comando. Na região portuária, no cais existente entre o quarto e o quinto armazém das Docas, a corveta da Marinha de Guerra brasileira, de nome “Forte de Coimbra”, permaneceu atracada com todos os canhões e metralhadoras apontadas para a cidade. Um cenário de guerra se ergueu diante dos olhos da população. (A TARDE, 2/4/1964, p.3).

Prisões e ações coercivas passaram a acontecer dia e noite com o argumento de neutralizar os “subversivos comunistas”, a exemplo da prisão do prefeito da cidade, Virgildásio Sena, do geógrafo Milton Santos e do deputado federal e líder sindical, Mário Lima. Universidades, sindicatos, teatros, residências estudantis, sedes de movimentos sociais e jornais foram invadidos. Na sede dos Correios, militares passaram a controlar todas as correspondências, abrindo cartas e encomendas e apreendendo tudo que era considerado “material subversivo”. (JORNAL DA BAHIA, 9/4/1964, p.8). Ademais, na companhia telefônica da Bahia, a TEBASA, gravadores foram instalados para a ação de espionagem militares das ligações da população. (CORREIO DA MANHÃ, 17/4/1964, p.1).

A cidade teve como principais pontos de prisão o Forte do Barbalho, o Forte Montserrat e o Quartel do 19º Batalhão de Caçadores. Delegacias e quartéis da polícia também serviram para o encarceramento de presos, assim como a penitenciária local. Outros espaços não formais de repressão também foram utilizados para detenção de supostos “subversivos”, como o porão de um navio da empresa “Navegação Bahiana” que foi usado para o encarceramento de trabalhadores do porto. (LIMA, 2015, p.135).

Ao apontarmos a militarização que tomou o cotidiano da cidade de Salvador logo após a derrubada do presidente João Goulart e o medo que se fez presente na vida de muitos cidadãos, é importante demarcar os limites dessa experiência. A repressão se ocupou de atingir principalmente setores sindicalizados de trabalhadores de diversos

segmentos sociais, políticos ativamente progressistas ou de esquerda e segmentos organizados do meio estudantil e cultural. Tratou de neutralizar determinados grupos que se associavam a projetos considerados incompatíveis com uma sociedade democrática e cristã, como o trabalhismo associado a Getúlio Vargas e João Goulart. Contudo, nesse cenário, boa parte da população soteropolitana não entrou na mira da repressão, outros não tomaram conhecimento e muitos celebraram e agradeceram as ações dos “revolucionários” que estavam salvando a pátria do “perigo vermelho”.

Pode-se afirmar que para uma parte da população trabalhadora pobre de Salvador, a repressão e o medo não foram uma novidade em 1964. Pode até ter ganhado novos contornos, mas não se trata de algo inusitado. Na labuta do dia a dia, estes sujeitos já estavam habituados a lidar com estigmas e com a violência da cidade que se perfazia na exclusão social, nas batidas policiais em casas e espaços de religiosidade como os terreiros de candomblés, na precariedade de condições de moradia e nos abusos dos fiscais governamentais. Ao longo da história da urbe, esse cenário foi corriqueiro para os segmentos populares.

Não são poucos os estudos que dão conta de explorar essas questões tomando outras temporalidades como foco de análise. Ao pensar as condições de trabalhadores organizados na Salvador dos oitocentos, João José Reis (2000) analisou como polícia e governo atuaram no domínio e repressão aos Cantos (grupos de trabalho). Na inserção entre serviços de construção e carregamento, os Cantos representavam um importante setor de trabalho urbano em Salvador e seus membros sofriam com as práticas coercitivas que variavam desde humilhantes seções de identificação dos associados a prisões. Estas atitudes se configuravam como forma de controlar trabalhadores pobres nacionais e estrangeiros, em sua maioria negros. Os Cantos, para João Reis, representavam um espaço de construção de uma espécie de identidade afro-baiana para trabalhadores ex-escravos às vésperas da abolição da escravidão, assim como a perspectiva de construção de uma solidariedade de classe. Nesse sentido, controlar, reprimir e dominar significava uma ação importante para as autoridades soteropolitanas manterem o *status quo*.

Outro autor que contribuiu para ampliar a percepção sobre a repressão aos trabalhadores e pobres na capital da Bahia foi Walter Fraga Filho (1996). Ao estudar as relações entre sociedade, economia e pobreza na Salvador do século XIX, o pesquisador

delineou as experiências de sujeitos qualificados como moleques, mendigos e vadios alvos de políticas repressivas por parte das autoridades soteropolitanas que se ancoravam na ideologia do progresso, da higienização e do desenvolvimento capitalista. Com leis duras, ações de recrutamento forçado e prisões, as autoridades da cidade buscaram “limpar” o que consideraram impróprio para os espaços públicos soteropolitanos. Uma população com condições de vida precárias, em meio a crises econômicas, miséria e falta de espaços de trabalho, se via atormentada com cerceamentos sociais.

Ainda nessa linha, um último exemplo dentre tantos outros que podem ser elencados, trata-se do estudo de Ires Verena Santos de Oliveira (2007) sobre a situação do povo-de-santo na cidade de Salvador na década de 1930. Segundo a autora, nos becos, ladeiras e encruzilhadas da capital da Bahia, os adeptos do candomblé praticaram uma cidade de forma singular, inserindo no cotidiano da urbe suas maneiras de viver, sacralizando espaços profanos e criando astúcias de resistência. Nessas experiências, as forças repressivas da cidade, fundamentadas por um discurso modernizador, buscaram neutralizar esse segmento social e suas práticas. Através principalmente da Delegacia de Jogos e Diversões, pais, mães e filhos de santos amargaram uma escalada de violência institucionalizada.

É possível identificar em 1964 a continuidade desse processo de cerceamento, repressão e exclusão social das classes populares da cidade de Salvador. Continuidade que não tinha conexão de fato com os atos dos “revolucionários de 31 de março”, com a luta ideológica balizada no anticomunismo e na caça aos “subversivos” políticos.

No ano do golpe, muitas mulheres sofriam cotidianamente com a repressão policial por conta de ganhar a vida na prostituição. A Delegacia de Jogos e Costumes, sob o comando do delegado Almiro Araújo, fazia constantes rondas na cidade. As ações corriam sob a coordenação do investigador Abelardo Pedro Magalhães. Em 3 de abril de 1964 as prostitutas Maria Evangelista Santos, Maria de Loudes, Nair de Jesus, Maria Ribeiro de Andrade, Maria Lopes Conceição, Maria Almeida Souza e Juliana Pereira dos Santos foram presas por serem consideradas “mundanas” e estarem praticando atos qualificados como desrespeitosos na via pública. (ESTADO DA BAHIA, 3/04/1964, p.7)

No mesmo período, trabalhadores e trabalhadoras que desenvolviam um serviço não formal, conhecidos popularmente como “camelôs”, sofriam diariamente investidas

discursivas da imprensa com o intuito de que os órgãos da prefeitura de Salvador os tirassem das ruas da capital e os relocassem para lugares isolados de pontos considerados importantes para a vida cidadina. Em 8 de maio de 1964, o jornal *Estado da Bahia* publicou matéria solicitando da prefeitura uma atitude para retirar os “camelôs” que ficavam na frente da parte baixa do Elevador Lacerda. O argumento usado foi que os tais vendedores atrapalhavam o trânsito da região. (ESTADO DA BAHIA, 8/05/1964, p.5)

No mesmo sentido de controle dos “camelôs” saiu uma matéria do *Jornal da Bahia* em 15 de maio de 1964. Dizia o articulista: “as bancas de frutas e, bem assim, de sandálias e outros objetos estão dominando a cidade.” Próximo “da igreja da Barroquinha, dezenas de bancas estão perturbando a passagem das pessoas, por toda extensão da calçada”. Já “na Ajuda e no Terreiro a coisa é muito pior, merece a ação fiscalizadora do município, o quanto antes.” (JORNAL DA BAHIA, 15/05/1964, p.6)

Os serviços urbanos e o abastecimento alimentar

Um aspecto que impactou o cotidiano da população de forma geral foi a paralisação de vários serviços urbanos. Em meio ao desenrolar do golpe, logo no dia primeiro de abril de 1964, nove líderes de importantes organizações sindicais baianas com sede na cidade de Salvador divulgaram um manifesto que conclamou os trabalhadores baianos a entrarem em greve geral contra a derrubada do presidente. Jaime Maciel e José Santiago, representando os Estivadores, Juvenal Souto Júnior pelos Portuários, Antonio Maurício Freitas, Mario Lima e Alencar Ferreira Minho pelos Petroleiros, Victor Santos e Diógenes Alves representando os Ferroviários e Aurélio Lisboa pelos Conferencistas, estes foram os sindicalistas que assinaram a nota. (PRONTUÁRIO DO DEPUTADO ESTADUAL DIÓGENES ALVES – FUNDO SNI - ARQUIVO NACIONAL - PLATAFORMA SIAN 2.0). Os manifestantes faziam parte de setores da classe trabalhadora que reconheciam a necessidade de defender o trabalhismo e manter o presidente João Goulart no poder como forma de sustentação e ampliação de direitos sociais.

A nota dos trabalhadores apresentava uma tomada de posição clara em relação à derrubada do governo Jango. Sua identificação permite transcender algumas

interpretações que afirmam não ter ocorrido resistência ao golpe na Bahia. Em um artigo pioneiro no qual analisou esse período histórico, Muniz Gonçalves Ferreira (2004, p.4) fez a seguinte reflexão: “Minado pelas subdivisões e paroxismos intrínsecos ao seu sistema de sustentação política na Bahia e aturdido pelo desprendimento e celeridade dos golpistas, o governo de Jango não teve quem o defendesse neste estado”. Após a afirmação categórica, o autor pormenorizou: “não faltou, contudo, quem tencionasse fazê-lo”. Entretanto, Muniz Ferreira utiliza como exemplo um relato de Emiliano José, que descreveu “o deslocamento de um grupo de estudantes, integrado por Sérgio Gaudenzi, Péricles de Souza e Raimundo Mendes” de Salvador para a vizinha localidade de Feira de Santana, “na esperança de organizar juntamente com o prefeito daquela cidade, Francisco Pinto, um esquema de resistência”, mas que acabou não ocorrendo.

Se buscarmos entender atos de resistência apenas relacionando o aspecto da reação armada, aparentemente isso não ocorreu na Bahia. Contudo, uma noção mais ampla torna esta leitura diferente. A nota lançada por sindicalistas baianos demonstra que Jango teve quem o defendesse na Bahia, teve quem resistisse ativamente ao golpe. Certo que o chamamento grevista não teve força para barrar a ação capitaneada pelas Forças Armadas. Do dia primeiro para o dia dois de abril a sustentação do governo Jango praticamente ficou inviável. A tomada militar foi muito rápida e o poderio bélico acionado inviabilizou reações extensas. Mas, o ato dos trabalhadores atingiu drasticamente o cotidiano da cidade de Salvador.

Após o lançamento do manifesto, a greve foi deflagrada de forma ampla. A resistência durou alguns dias e paralisou as atividades do porto, ferrovia, linhas de transporte urbano, produção petrolífera e circulação de mercadorias na capital. (A TARDE, 2/4/1964, p.3). Um cenário de caos se fez em Salvador em nome da defesa de Jango e do trabalhismo.

A situação ficou tão crítica no transcorrer dos dias que autoridades militares tentaram controlar o caos emitindo notas direcionadas aos trabalhadores envolvidos no ato de resistência. Os discursos militares, embora partindo de diferentes autoridades, estavam em sintonia. Em tom anticomunista, todos eles propagavam a ideia de uma tranquilidade no país. O “mal” já tinha sido derrotado e o momento era de esperança, de reconstrução, de oportunidades. Diante desses fatos, não se tinha motivo para os

trabalhadores permanecerem de braços cruzados. (A TARDE, 3/4/1964, p.3). Para além dos discursos, a repressão foi dura para os grevistas, que acabaram debelando o movimento após o dia 3 de abril.

Além dos serviços da produção que foram afetados pela greve geral dos primeiros dias, a população sofreu o impacto em outros serviços por conta do contexto geral do golpe no Brasil. Após a deflagração da marcha de Mourão Filho, enquanto se desenrolava as ações em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Brasília e no Rio Grande do Sul, os voos foram suspensos no Aeroporto de Salvador, que era o 4º maior do país. (A TARDE, 01/4/1964, p.3). A Companhia Aérea Cruzeiro do Sul, que fazia a linha Rio-Salvador-Recife, teve que cancelar todas as operações naquele momento.

Outro serviço afetado diretamente com o golpe foi o oferecido pelo sistema financeiro. As agências de Salvador não realizaram operações na primeira semana de abril. (A TARDE, 7/4/1964, p.3). O próprio presidente João Goulart, em 31 de março de 1964, decretou feriado bancário por toda a semana ao saber da movimentação das tropas que partiam Minas Gerais para derrubar seu governo. (JORNAL DA BAHIA, 1/4/1964, p.1). A paralisação dos bancos gerou uma série de problemas. Cédulas e moedas não circulavam. O funcionalismo municipal, estadual e federal, assim como trabalhadores de empresas penaram sem receber seus salários no início do mês, acarretando transtornos no orçamento das famílias, assim como nas atividades de consumo no comércio da cidade. (ESTADO DA BAHIA, 1/5/1964, p.3).

Contudo, um ponto crucial de impacto do golpe no cotidiano de Salvador foi a crise gerada no abastecimento alimentar. Estudos como os de João José Reis e Marcia Gabriela D. Aguiar (1996) e de Ellen Melo dos Santos Ribeiro (1982) demonstram que historicamente a cidade de Salvador sofria com crises no abastecimento. A capital era dependente da produção de gêneros alimentícios do interior, além de importar de outros estados e países. Em 1964, identificamos que a situação permanecia e o contexto do golpe acarretou um acirramento do problema.

A paralisação no porto de Salvador impedindo o atracamento dos navios, o fechamento das agências bancárias bloqueando grandes transações financeiras e a paralisação dos trens e transportes rodoviários, foram alguns dos motivos que atrapalharam a chegada de alimentos. Juntou-se a isso o aproveitamento de comerciantes

que estocaram mercadorias e abusaram dos preços, a falta de planejamento estrutural do governo do estado e prefeitura e as condições da lógica produtora do campo baiano que visava principalmente a exportação, assim como era também de outros estados.

Com as notícias da derrubada do presidente, e sabendo da fragilidade histórica do abastecimento da cidade, a população soteropolitana correu desesperadamente para os supermercados, feiras livres e armazéns na intenção de comprar estoques. Produtos como carnes, feijão, açúcar, leite em pó e o café começaram a faltar e o que sobrava o preço subia vertiginosamente. Outro problema enfrentado pelos soteropolitanos foi a falta de um gênero básico das refeições matutinas e noturnas: o pão. Nas padarias, fregueses encontravam prateleiras vazias. Não se tinha trigo nos moinhos de Salvador para ser triturado e transformado em farinha para ser fornecida às panificadoras. Ademais, a venda de pescados, que era feita através de Kombis do governo do estado, também ficou suspensa por quase todo o mês de abril. (LIMA, 2018, p.58-59).

Diante da situação, as autoridades políticas e militares passaram a divulgar na imprensa que o governo estava combatendo e atuando em favor do povo. A culpa pela falta dos gêneros e mesmo pela carestia era direcionada somente aos comerciantes que mergulharam na especulação. Ademais, davam conta de passar a versão de que o caos deixado pelo governo João Goulart no país também implicava na situação crítica que a “Revolução” estava tentando reorganizar.

O governo estadual, a prefeitura de Salvador e as Forças Armadas passaram a operacionalizar uma intensa fiscalização e repressão contra comerciantes que aumentassem o preço de produtos. Além disso, divulgavam números para que a população denunciasse empresários que tentassem se aproveitar da situação.

Em 29 de abril de 1964, sete comerciantes foram presos no bairro do Garcia acusados de aumentarem o preço do feijão. (A TARDE, 30/4/1964, p.3). No dia 11 de maio dois sócios da Panificadora Elétrica da Bahia foram presos por colocarem a venda apenas os pães mais caros e somente depois de acabar o estoque, disponibilizar os pães mais baratos para a população. (JORNAL DA BAHIA, 12/05/1964, p.3).

A crise no abastecimento alimentar da capital baiana em 1964 só começou a se dissipar quase dois meses depois do golpe. A normalização das atividades do porto e da

ferrovia e principalmente a reestruturação da vida política nacional foram os motivos para ajudar a cessar a crise.

Celebrações ao golpe

Em meio a esses problemas que impactaram no cotidiano da cidade, segmentos da população de Salvador encontraram espaço para dar apoio e celebrar a derrubada do governo João Goulart. Na primeira semana de abril de 1964 foi organizada uma “Marcha da Família com Deus pela Democracia”. O tom anticomunista e o apelo religioso foram o mote para a cerimônia. Nesse sentido, a Marcha seguiu o mesmo estilo das que estavam ocorrendo em diversas cidades brasileiras, como podemos analisar através dos estudos de Aline Presot (2010) e Rodrigo Patto Sá Motta (2002)

Os horários da cidade foram todos alterados no dia de realização da “Marcha”, em 15 de abril de 1964. Uma cooperação entre poderes públicos e privados ajudaram na operacionalização do evento. A Associação Comercial da Bahia determinou que o comércio e empresas realizassem expedientes somente até o meio-dia. A prefeitura de Salvador decretou ponto facultativo durante a tarde. Assim também o fez a Assembleia Legislativa do estado. Já o governador Lomanto Júnior, programou feriado escolar tanto para as escolas públicas, quanto para particulares. O chefe do executivo também determinou ponto facultativo para os servidores no turno vespertino. A lógica dos transportes também foi alterada. Tudo estava programado para direcionar a população para o centro da cidade, onde se realizaria a “Marcha”. (A TARDE, 14/5/1964, p.3).

Por volta do meio dia do dia 15 de abril, a concentração popular foi iniciada na Praça da Sé. Os sinos das diversas Igrejas de Salvador badalaram intensamente anunciando o evento com intervalos curtos. No porto, os navios da empresa “Navegação Baiana” que direcionavam a população do recôncavo para as festividades, foram atracados e seus apitos acionados. No bairro da Calçada, os trens que transportavam a população do subúrbio e do interior do estado também buzinaaram freneticamente. Um barulho intenso tomou a cidade. Uma trilha sonora alucinante para um filme

anticomunista. Os números especulados na imprensa davam conta de 300 a 400 mil pessoas participando.¹

A grandiosidade da “Marcha” realizada em Salvador foi inconteste. Contudo, esse não acabou sendo o único evento que marcou o cotidiano da capital nos primeiros tempos após o golpe. Uma homenagem de grandes proporções foi prestada a chefes militares em 13 de maio de 1964. Uma semana antes da realização do ato, os jornais baianos divulgavam que o general Olympio Mourão Filho, o marechal Odílio Denny e o almirante Silvio Heck, visitariam a Bahia. Os preparativos foram articulados pelo Exército, Marinha, Aeronáutica, Corpo de Bombeiros e Colégio da Polícia Militar. (A TARDE, 13/5/1964, p.3.) A cerimônia contou com convite oficial divulgado pelo governador Lomanto Júnior que empenhou total apoio à recepção aos “heróis da pátria”. (JORNAL DA BAHIA, 13/5/1964, p.1). O funcionalismo público federal, estadual e municipal teve seus turnos de trabalho reduzidos apenas à parte da manhã. As organizações empresariais também se afinaram determinando que os trabalhos nos comércios e indústrias fossem seguidos apenas no turno matutino. (A TARDE, 13/5/1964, p.3.).

Dos militares anunciados na imprensa nos dias anteriores, só compareceu o almirante Silvio Heck. Desembarcaram junto com ele em Salvador os almirantes José Paulo Guilhobel e Grun Moss. Agregou-se à comitiva o comandante do Quarto Exército, general Justino Alves, e o comandante militar da Bahia, general Manoel Mendes Pereira. Durante a tarde do dia 13 de maio, tropas de todos os órgãos militares baianos e suas bandas marciais desfilarão pelo centro de Salvador. Percorreram a rua Chile, o Largo de São Pedro, a Praça da Piedade e a avenida Sete de Setembro até chegar ao Campo Grande. Nas calçadas, a população em grande quantidade assistia e homenageava calorosamente os “revolucionários”. Carros de combate, militares motorizados e carros do Corpo de Bombeiros incrementaram o desfile. Em frente ao palácio arquiépiscopal, no Campo Grande, foi montado um palanque para que as autoridades proferissem seus discursos. (A TARDE, 14/5/1964, p.3)

¹ Os números aparecem nas edições de 16 de abril de 1964 dos periódicos *A Tarde*, *Estado da Bahia* e *Jornal da Bahia*.

Para além dos grandes eventos de rua, em instituições políticas, religiosas, empresariais e clubes sociais de Salvador, volta e meia se organizava uma cerimônia de celebração e homenagem a líderes políticos e militares. Os festejos também se faziam com o intuito de comemorar a inserção de políticos baianos nos quadros do Governo Federal. Uma oportunidade para a Bahia recuperar influência política em âmbito nacional. Foi assim com o deputado Luis Vianna Filho, que assumiu a chefia da Casa Civil da presidência e do ex-governador Juracy Magalhães, que foi nomeado Embaixador do Brasil nos Estados Unidos.

Em meio às celebrações ocorridas em Salvador, o governador Lomanto Júnior foi um dos que estiveram mais imbuídos em criar um clima de louvação e agradecimento ao movimento que derrubou seu antigo aliado, João Goulart. O ritmo das cerimônias foi tão acelerado na capital baiana que na boca da população tornou-se comum a pilhéria de denominar a ação de 31 de março como “A Revolução das festas”. (CORREIO DA MANHÃ, 17/5/1964, p.1). Essa pilhéria pode ser entendida também com um ato de resistência – se não se pode enfrentar o oponente ao menos se pode ridicularizá-lo.

Diante desse quadro de celebrações é importante se frisar uma questão. Amplos segmentos da sociedade baiana, assim como da sociedade brasileira foram as ruas em abril e maio de 1964 para celebrar o golpe, para celebrar “a salvação do Brasil” diante de uma suposta “ameaça comunista”. O golpe de fato teve base social. Entretanto, não se pode confundir as celebrações ao 31 de março com uma adesão automática à ditadura que se construiu nos anos seguintes. Os sujeitos em 1964 não tinham noção de que se instituiria um regime autoritário que duraria por mais de vinte anos. Se muitos permaneceram confortáveis mesmo com a criação de uma ditadura, outros se desiludiram com o monstro que ajudaram a criar e alguns foram tragados pela própria esteira do Estado autoritário.

Conclusão

Para concluir, destacamos que ao analisarmos aspectos do cotidiano da cidade de Salvador nos primeiros meses após a derrubada do governo João Goulart, podemos afirmar que a sociedade vivia um estranho intervalo. Um tempo embaralhado. O país não

era mais uma democracia, mas também não era ainda uma ditadura. As coisas estavam confusas e por isso mesmo o dia a dia tornou-se mais complexo e desafiador. Evidentemente que cada segmento social teve experiências diferentes com o golpe. Entretanto, os conflitos políticos, de uma forma geral, passaram a se disseminar e se enraizar nas atividades básicas praticadas diariamente pela população. Seja no caminhar por uma cidade militarizada, na compra de pães e outros alimentos para as refeições, no transporte, nas aulas em universidades e escolas, na ida ao cinema ou teatro, nas transações bancárias, nos turnos de trabalho, tudo de alguma forma sofreu o impacto do processo de quebra do jogo democrático em abril de 1964.

Referências Bibliográficas

FRAGA FLILHO, Walter. *Meninos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo/ Salvador: Editora HUCITEC/ EDUFBA, 1996.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LIMA, Thiago Machado de. *Entre a política e a Religião: o golpe de 1964 na cidade de Esplanada, Bahia*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), 2015.

_____. *Pelas ruas da cidade: o golpe de 1964 e o cotidiano de Salvador*. Curitiba: Editora CRV, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda com o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, Iris Verena Santos de. *Becos, Ladeiras e Encruzilhadas: andanças do povo-de-santo pela cidade de Salvador*. Dissertação de Mestrado. Programa de História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.) *A construção Social dos Regimes Autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

REIS, João José. *De olho no Canto: trabalhadores de rua na Bahia na véspera da abolição*. *Revista Afro-Ásia*, 24 [2000], 199-242.

REIS, João José; D'AGUIAR, Marcia Gabriela. “Carne sem osso e farinha sem caroço”: O motim de 1858 contra a carestia na Bahia. *Revista de História* 135. FFLCH-USP, 2º semestre de 1996.

RIBEIRO, Ellen Melo dos Santos. *Abastecimento de farinha da cidade do Salvador: aspectos históricos*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1982.